



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(23/06/2026)** vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Moraes, Alcendino Ferreira Barboza, Edvaldo Narciso Izabel, Joceni Roecker, Elton Ambrósio Mendes, Ivan França e Samuel do Carmo**, ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 030/2026, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 061/2025 para criar cargos de provimento em comissão e autorizar a criação de cargos de provimento efetivo e temporário no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Garantia de Direitos; Ofício nº 052/2026, encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 023/2026, em atendimento às adequações sugeridas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, visando aperfeiçoamento da redação legislativa e maior segurança jurídica; Ofício nº 162/2026, encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 029/2026, referente ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, acompanhado dos anexos necessários; bem como Comunicado Oficial referente à eleição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Encerrada a leitura do expediente, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos vereadores. O Vereador Samuel iniciou sua manifestação relembrando questionamentos formulados em sessão anterior acerca de denúncias envolvendo a Administração Municipal, indagando se o Prefeito havia apresentado manifestação oficial em resposta ao convite realizado pela Câmara. Ressaltou a gravidade dos fatos mencionados anteriormente e afirmou que aguardava esclarecimentos formais do Chefe do Poder Executivo. Em resposta, o Presidente da Câmara informou que o expediente havia sido encaminhado ao Executivo no mesmo dia da sessão anterior, juntamente com as demais matérias aprovadas, esclarecendo que ainda estava em curso o prazo para manifestação do Prefeito Municipal, comprometendo-se a adotar as providências cabíveis caso não houvesse resposta dentro do prazo estabelecido. Na sequência, com autorização da Presidência e anuência do Plenário, fez uso da palavra o Procurador-Geral do Município, Dr. Leonardo, representando o Poder Executivo Municipal. Inicialmente, cumprimentou os vereadores e esclareceu que sua presença tinha por finalidade prestar esclarecimentos técnicos sobre diversos assuntos debatidos nas sessões anteriores, ressaltando que sua manifestação não possuía caráter pessoal ou ofensivo a qualquer parlamentar, mas objetivava esclarecer questões administrativas e jurídicas levantadas durante os debates legislativos. Quanto ao Projeto de Lei relacionado ao Consórcio Intermunicipal, explicou que a reapresentação do texto decorreu da necessidade de observância do procedimento administrativo exigido pelos órgãos financiadores, especialmente em razão dos investimentos vinculados à Itaipu Binacional, afirmando tratar-se de medida técnica destinada à segurança jurídica da proposta. Sobre os questionamentos envolvendo o CISLIPA, esclareceu que a Administração instaurou auditoria para conferir a regularidade das despesas e compreender a origem dos pagamentos efetuados, ressaltando que em nenhum momento houve intenção do Município de deixar de quitar serviços efetivamente prestados. Informou que, após reunião realizada entre a Procuradoria, Controladoria, Secretaria de Saúde e representantes do Consórcio, diversos esclarecimentos foram prestados, permitindo a continuidade da regularização das obrigações existentes. Em seguida, abordou as alegações de que a Prefeitura enfrentaria situação de insolvência financeira. Explicou tecnicamente a diferença entre valores empenhados e dívidas efetivamente exigíveis, destacando que os empenhos representam apenas reserva orçamentária para futuras despesas. Informou que, conforme os demonstrativos contábeis oficiais, o Município encerrava o período com resultado financeiro superavitário, embora medidas de contenção de despesas estivessem sendo adotadas para preservação do equilíbrio fiscal. Também esclareceu questionamentos acerca do pagamento de estagiários, informando que apenas um caso de atraso havia



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

sido identificado, decorrente de divergências contratuais entre a Administração e a empresa responsável pela gestão dos contratos, sem responsabilidade direta do Município. Prosseguindo, afirmou que os pagamentos relativos às embarcações vinham sendo realizados regularmente e explicou que a implantação de sistema eletrônico de controle tinha como objetivo ampliar a transparência, facilitar auditorias e aperfeiçoar a gestão pública. Quanto às solicitações envolvendo trapiches, pontes e estruturas nas comunidades do município, informou que os projetos estavam sendo analisados pelas Secretarias competentes, observando-se as exigências de licenciamento ambiental e os trâmites necessários junto aos órgãos ambientais. Sobre o veto anteriormente apreciado pelo Legislativo, esclareceu que a manifestação do Executivo fundamentou-se exclusivamente em aspectos documentais e jurídicos, não representando oposição à finalidade social da proposição. Ao final, destacou a importância do diálogo institucional entre os Poderes Legislativo e Executivo, defendendo maior cooperação entre as instituições para atendimento das demandas da população, colocando a Procuradoria-Geral do Município à disposição da Câmara para prestar esclarecimentos sempre que necessário. Encerrada sua exposição, o Vereador Samuel retomou a palavra, agradecendo os esclarecimentos apresentados, porém registrando entendimento de que o convite havia sido direcionado ao Prefeito Municipal e não ao Procurador, sustentando que seria importante a presença pessoal do Chefe do Executivo para responder aos questionamentos formulados pelos vereadores. Ressaltou que a Câmara buscava estabelecer diálogo institucional diretamente com o Prefeito. Em resposta, o Procurador reiterou que compareceu representando tecnicamente o Poder Executivo em razão da natureza administrativa e jurídica das questões levantadas, comprometendo-se a transmitir ao Prefeito as considerações feitas pelos parlamentares. Na sequência, o Vereador Joceni requereu o fornecimento de cópia do relatório utilizado pelo Procurador durante sua manifestação, tendo este informado que o documento poderia ser solicitado formalmente por meio de ofício, comprometendo-se a disponibilizá-lo à Câmara Municipal. Prosseguindo a Palavra Livre, fez uso da tribuna o Vereador Alcendino, que inicialmente registrou discordância quanto à forma de participação do Procurador-Geral do Município na sessão, entendendo que, conforme o Regimento Interno, o convite formulado pela Câmara havia sido direcionado ao Prefeito Municipal. Afirmou que respeitava a atuação técnica do Procurador, porém considerava indispensável a presença do Chefe do Poder Executivo para prestar esclarecimentos diretamente ao Legislativo. Na sequência, reiterou que o papel fiscalizador da Câmara exige diálogo institucional entre os Poderes e lamentou a ausência do Prefeito nas sessões em que é convocado ou convidado a prestar informações. Destacou que a Câmara não pretendia promover conflitos pessoais, mas obter respostas oficiais acerca de assuntos de interesse público. O vereador ressaltou que os dados apresentados em sessões anteriores foram extraídos do Portal da Transparência do Município, sustentando que os apontamentos realizados decorreram de informações oficiais disponíveis ao controle social. Afirmou que o Município vem apresentando aumento significativo em despesas de diversas naturezas, mencionando gastos com combustíveis, alimentação, contratos e outros serviços públicos, defendendo maior rigor na gestão dos recursos públicos. Em seguida, apresentou levantamento referente às despesas com fornecimento de alimentação, informando que, conforme os registros constantes no Portal da Transparência, houve expressivo aumento na aquisição de refeições durante o exercício de 2026, especialmente pela Secretaria Municipal de Saúde. Comparou os dados com exercícios anteriores, sustentando que os valores e quantitativos cresceram consideravelmente, defendendo que tais despesas merecem análise criteriosa pelos órgãos de controle. O parlamentar afirmou que pretende encaminhar a documentação levantada ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para conhecimento e eventual apuração, ressaltando que sua atuação possui caráter exclusivamente fiscalizador, atribuição constitucional do mandato parlamentar. Também cobrou maior transparência por parte da Administração Municipal, alegando que diversos pedidos de informação apresentados por vereadores ainda não receberam resposta, citando questionamentos relacionados ao fornecimento de fraldas, controle de combustíveis, obras públicas,



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

contratos administrativos, processos licitatórios, construções de creches, casas populares, trapiches, aplicação de recursos públicos e outras demandas encaminhadas oficialmente ao Poder Executivo. O vereador defendeu que a Administração publique informações atualizadas sobre o andamento das obras e serviços públicos, permitindo que a população acompanhe a execução das ações governamentais, reduzindo dúvidas e evitando interpretações equivocadas. Durante sua manifestação, reiterou que não possui intenção de promover ataques pessoais ao Prefeito ou aos servidores públicos, sustentando que sua função constitucional consiste em fiscalizar os atos do Executivo, cobrar providências e contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública. Destacou ainda que sempre apoiou projetos considerados benéficos à população, independentemente de sua origem, desde que observada a legalidade e o interesse público. Ao final de sua fala, reafirmou seu entendimento de que o Município enfrenta dificuldades financeiras e administrativas, defendendo maior controle dos gastos públicos, fortalecimento da transparência e diálogo permanente entre Executivo e Legislativo para solução dos problemas enfrentados pela população. Em seguida, o Procurador-Geral do Município voltou a se manifestar brevemente, esclarecendo que a Administração já vem promovendo reuniões com as Secretarias competentes para acompanhamento das obras públicas e informou que Secretários Municipais poderão comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos específicos acerca das demandas levantadas pelos vereadores, especialmente em relação às obras de creches, habitação e demais projetos em andamento. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Edgard Mandira, que apresentou indicação solicitando a extensão da rede de abastecimento de água na comunidade de Serra Negra, localizada na Estrada da Pedra Chata. Relatou que a demanda foi apresentada por moradores da localidade, especialmente pela família proprietária da área, destacando a necessidade de ampliação aproximada de trezentos metros da rede para garantir o abastecimento adequado às famílias residentes. O parlamentar ressaltou que a comunidade exerce importante atividade agrícola e que o acesso à água constitui medida essencial para melhoria das condições de vida e fortalecimento da produção rural. Solicitou que seu ofício fosse incluído no expediente da sessão para posterior encaminhamento à Secretaria Municipal competente. A Presidência informou que o documento não havia sido incluído previamente na pauta, procedendo à sua leitura integral em Plenário e determinando seu regular encaminhamento. Na sequência, o Vereador Alcendino requereu a inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei Ordinária nº 023/2026, referente ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, e nº 029/2026, relativo ao convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento, informando que ambas as proposições haviam recebido as adequações sugeridas pelas Comissões Permanentes e encontravam-se aptas para discussão e votação. Dando continuidade ao uso da Palavra Livre, fez uso da tribuna o Vereador Edvaldo, que inicialmente registrou sua participação em evento voltado aos agricultores e pescadores do município, realizado nas dependências da Igreja Assembleia de Deus, parabenizando os organizadores, o Poder Executivo, as Secretarias Municipais envolvidas e todos os produtores presentes. Destacou a importância do evento para fortalecimento da agricultura, da pesca e da economia local, mencionando ainda a realização do sorteio de benefícios destinados aos produtores rurais. Na sequência, comentou os debates ocorridos anteriormente na sessão, afirmando que considerava importante o comparecimento do Procurador-Geral do Município para prestar esclarecimentos técnicos em nome do Poder Executivo. Ressaltou, contudo, que os debates parlamentares devem ocorrer dentro do respeito institucional entre os agentes públicos, entendendo que manifestações ofensivas dirigidas a autoridades não contribuem para o bom andamento dos trabalhos legislativos. O vereador também destacou ações positivas desenvolvidas pela Administração Municipal, elogiando especialmente os serviços prestados pelas Secretarias Municipais de Educação e Saúde. Mencionou melhorias verificadas no transporte escolar, afirmando que atualmente a frota apresenta melhores condições de funcionamento em comparação com períodos anteriores, reduzindo transtornos enfrentados pelos estudantes. Relatou ainda visitas realizadas em comunidades do interior, onde moradores reconheceram avanços nos serviços públicos prestados pelo Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Prosseguindo sua manifestação, ressaltou que o papel do vereador consiste tanto em fiscalizar quanto em reconhecer os serviços públicos executados de forma satisfatória, defendendo equilíbrio entre críticas e elogios sempre pautados pelo interesse da população. Em seguida, dirigiu questionamento ao Vereador Alcendino acerca de manifestação realizada em sessão anterior envolvendo suposta atuação de parlamentar em serviço de competência do Estado. Em resposta, o Vereador Alcendino informou que os fatos já haviam sido encaminhados aos órgãos competentes para apuração e que aguardaria a conclusão dos procedimentos antes de qualquer manifestação definitiva. Na sequência, estabeleceu-se breve debate entre os parlamentares acerca da fiscalização das ações administrativas e da atuação dos vereadores, sendo a discussão conduzida pela Presidência, que assegurou o direito de manifestação aos parlamentares e manteve a ordem dos trabalhos. Encerradas essas manifestações, a Presidência prosseguiu com a sequência da Palavra Livre, concedendo a palavra aos demais vereadores inscritos, mantendo a regularidade dos debates parlamentares e o respeito às normas regimentais. Na continuidade da sessão, os parlamentares voltaram a discutir temas relacionados à fiscalização da Administração Municipal, à necessidade de transparência na aplicação dos recursos públicos, ao acompanhamento das obras em andamento, às demandas das comunidades do interior, às melhorias na infraestrutura municipal, bem como ao fortalecimento do diálogo institucional entre os Poderes Executivo e Legislativo, sempre ressaltando que o objetivo comum consiste no atendimento do interesse público e das necessidades da população de Guaraqueçaba. Na continuidade da Palavra Livre, o Vereador Edgard solicitou à Presidência o uso da palavra por mais dois minutos para apresentar requerimento de autoria do Vereador Samuel do Carmo, requerendo sua inclusão na pauta da sessão, tendo em vista tratar-se de matéria de interesse da comunidade. Não havendo objeção do Plenário, a Presidência autorizou a leitura do expediente. Foi então lido o Ofício nº 088/2026, de autoria do Vereador Samuel do Carmo, dirigido à Secretaria Municipal competente, solicitando a reforma e revitalização da unidade de abastecimento de água da Comunidade do Tagaçaba de Cima. Na sequência, fez uso da tribuna o Vereador Elton, que cumprimentou os presentes e afirmou que os debates ocorridos durante a sessão demonstram a importância da democracia e do livre exercício do mandato parlamentar. Ressaltou, entretanto, que o respeito entre os agentes públicos deve prevalecer em todas as discussões, independentemente das divergências políticas existentes. O parlamentar declarou que, em razão de seus princípios pessoais e religiosos, entende que o respeito às autoridades constituídas deve ser preservado, manifestando inconformismo com expressões utilizadas anteriormente durante os debates em referência ao Prefeito Municipal. Afirmou considerar inadequadas palavras ofensivas dirigidas ao Chefe do Poder Executivo, defendendo que as críticas sejam formuladas dentro dos limites do respeito institucional. O Vereador Elton também comentou sobre a criação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, destacando que sua instituição contribuirá para fortalecer o respeito entre os vereadores e preservar a imagem do Poder Legislativo perante a população. Acrescentou que todos os agentes públicos foram legitimamente eleitos pelo voto popular e, por essa razão, merecem tratamento respeitoso no exercício de suas funções. Prosseguindo sua manifestação, ressaltou que o processo democrático permite divergências de opinião, porém exige responsabilidade nas manifestações públicas. Destacou que cada vereador possui liberdade para exercer a fiscalização dos atos do Executivo, desde que observados os princípios da urbanidade e do respeito recíproco. Ainda durante sua fala, mencionou ações desenvolvidas pela Administração Municipal e ponderou que eventuais falhas podem ocorrer em qualquer gestão pública, defendendo que as críticas sejam acompanhadas de responsabilidade e fundamentação. Finalizou afirmando esperar que os debates futuros transcorram em ambiente de respeito mútuo, preservando a boa imagem da Câmara Municipal perante a sociedade. Encerrada a manifestação do Vereador Elton, o Senhor Presidente esclareceu aos presentes que a Câmara Municipal assegura a todos os vereadores o direito ao uso da palavra, respondendo cada parlamentar individualmente por suas manifestações. Esclareceu, contudo, que eventuais excessos poderão ser analisados caso afrontem o Regimento Interno, a Lei Orgânica



CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

Cnpj nº 01.004.459/0001-26

Poder Legislativo

Municipal ou as normas de ética parlamentar, ressaltando que o diálogo continua sendo o principal instrumento para solução das divergências existentes no âmbito legislativo. A Presidência também explicou que a inclusão excepcional de indicações e ofícios na pauta daquela sessão decorreu do consenso entre os vereadores e do interesse público das matérias apresentadas, lembrando que, nas próximas sessões, os procedimentos regimentais deverão ser observados rigorosamente para garantir a regular tramitação das proposições. Encerrada a Palavra Livre, o Senhor Presidente deu início à Ordem do Dia, informando que seriam apreciadas inicialmente as indicações e ofícios apresentados durante a sessão. Colocou em votação, em bloco, as Indicações e Ofícios nº 087/2026, de autoria do Vereador Edgard Mandira, que solicitava a ampliação da rede de abastecimento de água na Comunidade de Serra Negra, e nº 088/2026, de autoria do Vereador Samuel do Carmo, que requeria a reforma e revitalização do sistema de abastecimento de água da Comunidade de Tagaçaba de Cima. Submetidas à votação nominal, as proposições receberam voto favorável dos Vereadores, sendo aprovadas por unanimidade. Na sequência, a Presidência submeteu ao Plenário, também em bloco, os pareceres emitidos pelas Comissões Permanentes, juntamente com as adequações promovidas nos Projetos de Lei nº 017/2026, nº 023/2026 e nº 029/2026. Durante a votação, o Vereador Alcendino registrou que o Projeto de Lei nº 023/2026 tratava do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, o Projeto de Lei nº 029/2026 referia-se ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento e que o Projeto de Lei nº 017/2026 encontrava-se em primeira discussão, esclarecendo os parlamentares quanto à tramitação das matérias. Encerrados os esclarecimentos, os pareceres foram submetidos à votação nominal, recebendo votos favoráveis de todos os vereadores presentes, sendo aprovados por unanimidade. Em seguida, passaram à apreciação dos Projetos de Lei constantes da Ordem do Dia. Foram colocados em primeira votação o Projeto de Lei nº 017/2026, bem como os Projetos de Lei Ordinária nº 023/2026, referente ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, e nº 029/2026, relativo ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento. Após a votação nominal, todos os vereadores manifestaram-se favoravelmente às proposições, que restaram aprovadas por unanimidade em sua respectiva fase de tramitação. Concluídas as votações, o Senhor Presidente suspendeu a sessão pelo prazo de aproximadamente dez minutos, com a finalidade de organizar os procedimentos relativos à eleição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar. Reabertos os trabalhos, a Presidência informou que havia sido protocolizada apenas uma chapa para composição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, composta pelos Vereadores Samuel do Carmo, para exercer a Presidência; Joceni, para a função de Relator; e Jefferson Luis Barboza Rosa, para a função de Membro. Submetida a chapa única à votação nominal, sendo a composição aprovada por unanimidade, ficando oficialmente constituída a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Guaraqueçaba. Nada mais a tratar, eu Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

Edgard Mandira de Moraes
Vice-Presidente

Julhardy Costa De Arruda
Presidente

Jefferson Luís Barboza Rosa
Primeiro Secretário

Alcendino Ferreira Barbosa
Segundo Secretário

Edvaldo Narciso Izabel

Elton Ambrósio Mendes

Ivan França

Samuel do Carmo

Joceni Roecker